

A QUESTÃO DO “CONSUMO DE DROGAS”: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

THE ISSUE THE “DRUG CONSUMPTION”: CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE

Diego de Oliveira Souza¹

RESUMO

Este texto visa desenvolver uma reflexão sobre o fenômeno do “consumo de drogas”, contribuindo para demonstrar as suas raízes e analisar quais são as possibilidades para a sua eliminação. Trata-se de um ensaio teórico, realizado mediante pesquisa bibliográfica e sustentado nos fundamentos marxianos. Demonstramos que o “consumo de drogas” é um fenômeno exclusivo da sociedade burguesa, tendo suas origens na forma pela qual o trabalho é desenvolvido na mesma e estando fortemente marcado pelo “fetichismo da mercadoria”. Sua dissolução perpassa pelo fim da sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação Social. Capitalismo. Abuso de Drogas. Marxismo.

ABSTRACT

This paper aims to develop a reflection about the phenomenon “drug consumption”, contributing to demonstrate it's origins and analyze what are the chances of eliminating it. It is a theoretical analysis performed by literature search. Marxism was the theoretical framework used. We demonstrate that the “drug consumption” is a unique phenomenon of bourgeois society, having its origins in the way the work is developed in it and being heavily marked by “commodity fetishism”. The elimination of this phenomenon demands an end to capitalist society.

KEYWORDS: Social Alienation. Capitalism. Drug Abuse. Marxism.

INTRODUÇÃO

O presente texto surgiu de nossa preocupação com um dos fenômenos que mais vem causando danos à sociedade contemporânea: o “consumo de drogas”. Tal fenômeno possui amplitude mundial, com efeitos devastadores em todas as esferas sociais.

De fato, é um tema de extrema relevância e que tem presença garantida em todas as espécies de debates. No âmbito político, em especial, constatamos um intenso movimento de discussões e elaborações estratégicas para o enfrentamento desta problemática. Há uma enorme variedade de políticas públicas, que se renovam a todo

¹ Docente da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca. Mestre em Serviço Social pelo PPGSS da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Telefone 82 96318810, e-mail: enf_ufal_diego@hotmail.com.

instante, visando, ao menos, minorar os efeitos desse fenômeno. Observa-se a mesma preocupação no campo científico. As Ciências Sociais se debruçam sobre o tema, descrevendo seus efeitos sociais, suas relações com outros problemas e avaliando as ações empreendidas. Nas Ciências Biológicas e da Saúde não param de surgir novas formas de tratamento farmacológico e de desintoxicação e o debate sobre como lidar com o usuário está aquecido. Enfim, não faltam teóricos interessados neste tema.

Todavia, a realidade nos revela que o fenômeno do “consumo de drogas” se intensifica e seus efeitos são cada vez mais destruidores. Desse modo, as estratégias de enfrentamento esbarram numa realidade profundamente contraditória: quanto mais se estudam e se formulam ações rigorosas e sofisticadas, mais caótica se torna a situação.

Vejamos o que diz Jansen (2007): “Nunca houve no mundo tantas drogas. A economia das drogas movimentada cerca de 300 a 500 bilhões de dólares ao ano abastecendo um mercado de aproximadamente 200 milhões de pessoas”. Pilon e Luis (2004) acrescentam que

[...] os estudos realizados durante a última década mostram que a prevalência do uso e abuso de álcool se manteve alta, gerando graves problemas sociais e de saúde e a magnitude desses problemas é evidente (*ibid.*, p. 677).

Diante disso indagamos: Quais são as raízes deste fenômeno? Por que não se consegue controlá-lo? É possível cessar o “consumo de drogas”?

Com o objetivo de contribuir para a busca de respostas de tais questionamentos, elaboramos este ensaio, apresentando um ponto de vista diferenciado sobre a problemática.

Assim, o trabalho consiste numa pesquisa teórica realizada a partir da leitura das obras de alguns autores que abordam a temática. Ademais, é importante salientar que nossa análise parte dos fundamentos marxianos, sendo, portanto, uma abordagem ontológica histórico-social.

AS ORIGENS DO “CONSUMO DE DROGAS”

O uso de drogas não é um fenômeno exclusivo da sociedade capitalista, pelo contrário, se faz presente ao longo da história da humanidade. Câmara, Tambellini e Roselli-Cruz afirmam que

O primeiro produto encontrado deve ter sido o álcool, provavelmente após a ação de alguma levedura trazida pelo vento até uma porção de restos de frutas. [...] Dois dos principais textos da cultura ocidental: a Bíblia e a *Odisseia*, trazem relato de consumo de vinho e pó, provavelmente de extração vegetal misturado ao vinho (2010, p. 220).

Segundo Jansen (2007), em certas sociedades havia um uso local de drogas, geralmente moderado e vinculado às práticas culturais e religiosas. Estudos arqueológicos revelam que a folha de coca era consumida pelos índios dos Andes cerca de 2500 anos antes de Cristo. Os Incas tinham o monopólio da coca, mas a distribuía de forma moderada para o uso nos rituais.

Já a Maconha é “conhecida a cerca de 12000 anos. Com a planta, os gregos e os chineses faziam cordas que eram utilizadas em navios. Como medicamento começou a ser usada na China há 3000 anos no tratamento intestinal, de malária e dores reumáticas” (JANSEN, 2007).

No entanto, com o advento do capitalismo há uma radical transformação no uso de drogas. Vejamos, a seguir, os motivos.

É a partir do surgimento do modo de produção capitalista que podemos observar a dominação do homem pela forma mercadoria. Ou seja, é na sociedade capitalista que observamos a presença do “fetichismo da mercadoria” como mecanismo evoluído da alienação humana, transformando o homem em produto de seu produto. O trabalho (na forma assalariada) passa a ser direcionado à produção de “valor de troca”, ou seja, de mercadorias que possam se realizar no mercado ao encontrarem outras mercadorias equivalentes pelas quais sejam trocadas (no capitalismo maduro a mercadoria universalmente equivalente é o dinheiro). Todo complexo social passa a depender deste mecanismo e os homens passam a se reconhecer apenas enquanto vendedores e compradores de mercadoria, como se fossem “coisas”. No dizer de Marx,

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. [...] a forma mercadoria e a

relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (1996, p. 198).

Nessa medida e sentido, temos a mercantilização do conjunto das relações sociais, o que Marx designou de “reificação” (coisificação). Assim, a lógica mercantil invade todas as esferas da vida social e tudo o quanto seja possível assume a forma de mercadoria.

Nesse contexto, a droga transforma-se, também, numa mercadoria e o seu uso passa a ter uma dinâmica completamente diferente: primeiro, sua utilização passa a ser fora de qualquer marco cultural-religioso e, segundo, torna-se a fonte de grandes lucros. (JANSEN, 2007).

Importante assinalar que é na transição do feudalismo para o capitalismo – no processo que Marx descreve como *acumulação primitiva* – que temos o “gérmen” do processo de “reificação” das relações sociais. Neste período, estão consolidando-se as bases nas quais se ergueu o sistema capitalista e, exatamente neste momento, ocorrem as primeiras transformações na dinâmica social das drogas. À época, por exemplo, a invasão espanhola aos Andes determinou o uso da coca como parte da economia colonial, porquanto os espanhóis estimulavam o hábito de utilizar a coca, pois seria um produto a ser comercializado (gerando lucros) e o meio de sustentação da população explorada (SOMOZA, 1990).

Podemos citar também o caso das guerras do ópio. Sobre isso, Jansen (2007) diz que o comércio de drogas está vinculado à expansão internacional capitalista e também à sua expansão colonial-militar. Os portugueses, por volta do século XVI, iniciam o comércio desta droga, que compravam na Índia e vendiam, principalmente, na China. No século XVIII, os ingleses substituíram os portugueses e a Inglaterra passou a lucrar cerca de 11 milhões de dólares ao ano com o tráfico de ópio.

Desse modo, o ópio enriquecia a Inglaterra e, de certo modo, também movimentava a economia chinesa, ao mesmo tempo em que destruía seu povo, o que pressionou o Governo chinês a não legalizar o tráfico. Os chineses apelaram para a rainha Victória sobre os efeitos nocivos do tráfico do ópio, porém ela não se mostrou favorável às reivindicações. Desse modo, os chineses começaram a atacar e destruir os carregamentos de ópio, o que levou a Inglaterra a declarar guerra: o resultado disto foi a derrota da China, que teve que ceder Hong Kong ao Estado inglês (JANSEN, 2007).

Mas a droga e o capitalismo também estão unidos no tocante à comercialização e ao abuso de drogas legalizadas. Engels (2008), em *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*, revela-nos o processo de degradação do proletariado já no início do regime capitalista. Nesta obra, que ainda se mantém atual, Engels disserta sobre as condições gerais de vida dos trabalhadores, desde as de moradia e alimentação até os degradantes estados físico e moral. E, neste contexto, ele demonstra o papel destruidor do álcool no seio da classe operária inglesa do século XIX, como o único consolo e lazer, a única maneira daqueles homens suportarem a desumanização causada pelo seu próprio trabalho.

Ainda em relação ao álcool, temos o caso da Rússia após a Revolução de 1917, ocasião em que o governo bolchevique proibiu a fabricação e a distribuição de *vodka*, visando dirimir o grande problema do alcoolismo, no entanto o governo de Stalin reintroduziu o comércio de *vodka* no começo dos anos 1930, no intuito de fomentar a desordem social, enfraquecendo os movimentos sociais, a resistência dos trabalhadores e a oposição ao seu governo (JANSEN, 2007).

Em suma, a Revolução Industrial, ao consolidar o modo de produção capitalista, universaliza a forma mercadoria abrindo o caminho para que a droga também seja objeto de mercado. Segundo Jansen (2007), é a partir daí que passamos a ter uma produção massiva, com a transformação do ópio em heroína e da folha da coca em cocaína, no final do século XIX e início do século XX. Vejamos:

Com a Revolução Industrial, os desenvolvimentos das técnicas de produção causaram a diminuição do preço dos produtos (MARX, 1867/1985), os trabalhadores, recebendo salários, puderam ter acesso às bebidas. O acréscimo de consumidores, além do trabalho da mulher e do menor, propiciaram o terreno ideal para que a dependência química passasse a desempenhar papel cada vez mais forte. (CÂMARA, TAMBELLINI, ROSELLI-CRUZ, 2010, p. 220).

Diante deste contexto, constata-se que foi constituído um mercado “consumidor” para as drogas (lícitas e ilícitas) e, por esta lógica, é que afirmamos que o uso de drogas, a partir da emergência do capitalismo, possui uma denominação mais precisa na expressão “consumo de drogas”. Vale salientar que a expressão vem destacada entre aspas para indicar que se trata de um sentido estrito, o de mercadoria destinada a um mercado “consumidor”, constituindo o seu uso peculiar face ao capitalismo. Ou seja, a

expressão “consumo” (empregada neste texto) pressupõe a compreensão da relação capitalista produção-consumo².

Ressaltamos que, assim como o mercado em geral, o das drogas expandiu-se, mostrando-se bastante lucrativo. De acordo com Coggiola,

[...] o tráfico internacional de drogas cresceu espetacularmente durante os anos 80, até atingir, atualmente, uma cifra anual superior a US\$ 500 bilhões. Esta cifra supera os proventos do comércio internacional de petróleo; o narcotráfico é o segundo item do comércio mundial, só sendo superado pelo tráfico de armamento. Estes são índices objetivos da decomposição das relações de produção imperantes: o mercado mundial, expressão mais elevada da produção capitalista, está dominado, primeiro, por um comércio da destruição e, segundo, por um tráfico declaradamente ilegal (1996, p. 45).

O tráfico de drogas é um grande negócio capitalista, organizado para obter o máximo de lucro e funcionando com engrenagens bem articuladas: de fato, não há nada mais exitoso do que um mercado no qual o consumidor torna-se dependente da mercadoria, haja vista que por mais que o indivíduo resista ao consumo desta, o seu corpo manifesta a necessidade de consumi-la.

Além disso, diante das atuais estratégias do capital, em meio a sua “crise estrutural”, destacamos que a superprodução de capital gera o crescimento da economia especulativa, da qual os narcodólares são um dos principais componentes. Na década de 1980, foram instituídas políticas de ajustes estrutural, mediante orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), como saída para o problema da taxa de lucro, em queda desde o início dos anos de 1970 (JANSEN, 2007). Assim, a partir deste período constitui-se o domínio das transações financeiras, responsável pela crônica estagnação da economia mundial.

De acordo com Gluckstein (1994, p 28-29 *apud* JANSEN, 2007):

A explosão do desemprego no mundo demonstra que os enormes lucros saídos da especulação são obtidos ao custo de uma desindustrialização generalizada que arrasta a destruição estrutural dos empregos [...] Todos os especialistas estão de acordo que somente uma fração mínima dessas transações (da ordem de 1 a 2%, segundo avaliações) está relacionada com alguma atividade produtora de riqueza. Quanto à parte restante (98 ou 99%), trata-se de transações unicamente destinadas a tirar partido da menor variação do valor dinheiro para extrair uma fração suplementar da mais-valia através da especulação [...] Nunca, desde que o capitalismo existe, houve tamanha disparidade entre lucros realizados com base na especulação

² Para compreender tal relação, consultar: MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

e na finança e o desmoroamento da realidade econômica [...] É esta a fonte de todo o caos, de todas as explosões (*Ibid.*, p. 11).

Esse processo de estagnação econômica favoreceu o desenvolvimento da economia da droga e da terrível lógica imperialista, visto o abismo entre os países centrais e periféricos da economia, sendo estes, na maioria das vezes, os produtores que abastecem o consumo daqueles. Sobre isso, Coggiola menciona o caso da América Latina:

A América Latina se degrada ao ver-se obrigada a integrar-se como abastecedora da importante população dos países desenvolvidos que recorre aos excitantes e calmantes artificiais para evadir-se da alienação laboral, da falta de horizontes sociais, ou da destrutiva competição hiperindividualista imposta pelo mercado. O consumo de drogas, que o capitalismo universalizou e massificou em cada época em grupos sociais e nacionais diferentes, esteve, na década de 80, diretamente associado à extensão da marginalidade, da pobreza e da desocupação. O capitalismo só pode oferecer *crack*, cocaína e heroína aos jovens que não emprega, aos emigrantes que expulsa, às minorias que discrimina ou aos trabalhadores que destrói (1996, p. 47).

Observamos, a partir do exposto, como é contraditória a lógica do comércio da droga – assim como o é o próprio capital. Se por um lado temos a auto degradação humana e social, por outro

[...] o narcotráfico é um dos negócios mais lucrativos do mundo. Sua rentabilidade se aproxima dos 3.000%. Os custos de produção somam 0,5% e os de transporte gastos com a distribuição (incluindo subornos) 3% em relação ao preço final de venda. De acordo com dados recentes, o quilo de cocaína custa US\$ 2.000 na Colômbia, US\$ 25.000 nos EUA e US\$ 40.000 na Europa (COGGIOLA, 1996, p. 45).

Ademais, percebe-se que a grande transformação das economias monoprodutoras em narcoprodutoras se produziu durante os anos 1980, quando os preços das matérias-primas despencaram no mercado mundial – açúcar (-64%), café (-30%), algodão (-32%), trigo (-17%) – o que veio acompanhado do grande aumento do consumo de drogas nos EUA e na Europa. A crise econômica mundial exerceu intensa pressão em favor da narco-reciclagem das economias agrárias, o que redundou num aumento excepcional da oferta de narcóticos nos países industriais e no mundo todo. As apreensões de carregamentos se multiplicaram por noventa nos últimos quinze anos, ainda assim afetando apenas entre 10 e 20% do comércio mundial (COGGIOLA, 1996).

Em se tratando de Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU, 2004 apud MENEZES, 2001) afirma que o país é um dos principais corredores de drogas do mundo. No Nordeste, na região conhecida como “polígono da maconha”, a droga

tornou-se a alternativa de sobrevivência dos agricultores arruinados. “A falta de uma política agrícola que garanta assistência técnica e preços justos [...] tem servido de estímulo para que pequenos produtores optem pela maconha em vez de tomate, melancia, cebola e melão”.

Por todos estes fatores, não nos restam dúvidas que o processo de universalização da forma mercadoria, descrito por Marx, foi responsável por profundas alterações do uso de drogas. E, numa análise que vai até a raiz da problemática, constatamos que a base deste fenômeno social está na sociedade na qual até a força de trabalho se torna mercadoria.

DUAS DISTINTAS FORMAS DE EXPLICAR E SITUAR A QUESTÃO DO “CONSUMO DE DROGAS” NA TOTALIDADE SOCIAL

Como demonstramos na seção anterior, apesar de o uso de drogas se fazer presente ao longo da história humanidade, a origem do “consumo de drogas” (o uso peculiar enquanto mercadoria) está na mercadorização da vida social. Esta foi a conclusão que a análise marxista do processo histórico nos forneceu. No entanto, o tratamento teórico da problemática em questão não se dá, predominantemente, através da perspectiva teórica materialista histórica e dialética. Ao contrário, o debate é conduzido, em larga medida, pelo conjunto dos pressupostos teóricos filosóficos modernos (e pós-modernos) e seus derivantes. Em outras palavras, a explicação da questão do “consumo de drogas” se realiza, predominantemente, pelo padrão de cientificidade burguês.

No nosso entendimento, essa forma de explicar a questão das drogas, não só impede a identificação de sua raiz, tal qual fizemos na seção anterior, mas também interdita a possibilidade de entender a real posição deste fenômeno diante da totalidade social.

Assim, partimos do pressuposto de que a problemática das drogas pode ser abordada segundo a perspectiva teórica da burguesia ou do proletariado, mesmo que a ciência moderna faça uso do sagaz argumento de neutralidade científica. Cabe aqui uma observação: acreditamos que o sujeito do conhecimento sejam as classes sociais. Claro que as teorias são elaboradas por indivíduos, mas que expressam, **consciente ou inconscientemente**, interesses de uma das classes sociais. Assim, são as classes sociais que geram as demandas ou problemas que os indivíduos vão buscar dar conta. Isto Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 11, n. 2 (14) p. 269-286 jul./dez. 2012 ISSN 1676-6806

ocorre mesmo diante do discurso de neutralidade do pensamento moderno. Por exemplo: ao partir do pressuposto que a sociabilidade burguesa é intransponível, ele (indivíduo) produz um conhecimento dito para o desenvolvimento da humanidade. Porém, como apenas à classe trabalhadora interessa a superação da sociedade capitalista, um cientista que parte deste pressuposto, mesmo que de forma inconsciente, é representante das demandas burguesas. No mundo moderno, há um deslocamento das classes sociais de seu papel de sujeito do conhecimento, atribuindo ao “indivíduo individualista” este papel e revestindo a ciência de neutralidade (TONET, 2011).³

Portanto, consideramos que a análise marxista da questão das drogas se dá sob “parâmetros” inteiramente distintos da análise realizada pela ciência moderna (burguesa). Por assim dizer, são duas distintas formas de explicar e situar o “consumo de drogas” face à totalidade social.

Em síntese, o grande problema da perspectiva moderna (burguesa) está no fato da sua abordagem ser superficial, imediatista e fragmentadora, desconsiderando as bases fundamentais e dinâmicas da sociedade capitalista. Um bom exemplo deste problema pode ser identificado a partir dos resultados da pesquisa de Pillon e Luis (2004). Neste estudo, os autores sintetizam os modelos explicativos, existentes na literatura científica, para o fenômeno do uso de álcool e drogas na contemporaneidade. Vejamos como é variada a natureza das causas atribuídas ao fenômeno:

1. Modelo ético legal: reúne as explicações vinculadas aos estudos de natureza jurídica e de segurança pública. “Segundo as proposições teóricas desse enfoque, as causas estão nas atitudes antissociais e/ou imorais de certos grupos de transgressores”. (PILLON, LUIS, 2004, p. 677-678).
2. Modelo moral: neste modelo há a culpabilização dos indivíduos. Estes, “são considerados responsáveis tanto pelo início e o desenvolvimento do problema, quanto pelas soluções e acredita-se que necessitam apenas de motivação apropriada”. (PILLON, LUIS, 2004, p. 678).
3. Modelo médico ou de doença: explica que a “dependência de substâncias psicoativas seja entidade nosológica distinta e de caráter progressivo, [...] e necessita de tratamento médico”. (PILLON, LUIS, 2004, p. 678). Partindo do

³ Para um aprofundamento sobre o sujeito do conhecimento e sobre o refutamento do argumento burguês de neutralidade científica, conferir a vasta obra de autores como: Gyorg Luckács, Nicolas Tertulian, José Chasin, Ivo Tonet, Sergio Lessa, dentre outros.

pressuposto de que a dependência é uma doença, elaboram-se estratégias de tratamento, mas, também, de prevenção.

4. Modelo psicológico ou psicossocial: leva em consideração diversos fatores da vida social que influenciam na formação da personalidade do indivíduo. “Este modelo inclui o aprendizado social, a interação familiar e os traços da personalidade do indivíduo. [...] propõe que o comportamento social é aprendido através da observação e imitação” (PILLON, LUIS, 2004, p. 678).
5. Modelo sociológico ou sociocultural: neste enfoque afirma-se que as explicações para a questão das drogas estão na “função do meio cultural com suas crenças, valores e atitudes que conduzem a comunidade ou seus grupos específicos no caminho da abstenção ou do uso de drogas” (PILLON, LUIS, 2004, p. 678).

Diante destas explicações, percebemos que são abordados aspectos relevantes para o debate, que, sem dúvidas, são mediações importantes para o entendimento do “consumo de drogas”. No entanto, nestes modelos explicativos, nem de longe se chega às raízes reais da problemática. Mesmo o modelo sociológico, no qual se esperava que, ao menos, houvesse uma alusão às bases fundantes da sociedade burguesa, explica-se o fenômeno através dos elementos superficiais presentes na vida social, não abordando o fio condutor que une estes elementos.

Ademais, a expressão “modelos” representa bem o pragmatismo destas explicações, que, na maioria das vezes, mostram-se como um sistema de causalidade mecânico e que não atinam para as sutilezas do movimento dialético do processo real.

Outro aspecto muito presente no debate teórico da questão das drogas é a sua relação com outros problemas de ordem social, em especial com a violência. É o caso do interessante estudo de Minayo e Deslandes (1998). Certamente, os dados empíricos apresentados por estas autoras são interessantíssimos, bem como suas reflexões sobre a relação violência e questão das drogas. As autoras demonstram a decisiva presença do álcool nos casos de violência, fazem considerações importantes sobre o comércio ilegal de drogas como gerador de ações violentas entre vendedores e compradores e sobre como é complexo o universo do mercado de drogas. Por fim, as autoras tecem conclusões importantes para o enfrentamento do problema:

A perspectiva de atuação, seja apoiada na visão de redução de danos, seja na abordagem da prevenção primária (MS, 1997), precisa ser respaldada pelo debate entre cientistas sociais e cientistas naturais, entre organizações não governamentais e representantes das

secretarias e coordenações de programas de saúde e de outros setores da ação pública, ultrapassando preceitos normativistas da conduta dos indivíduos e preconceitos sociais (MINAYO; DESLANDES, 1998, p. 41).

Apesar disso, constatamos que este estudo também apresenta limitações diante da necessidade de compreender a sociedade capitalista em suas raízes. Mais uma vez não é abordada a origem dos fenômenos e, quando isto ocorre, fatalmente, emergem postulações fragmentadoras da totalidade. Violência e drogas foram inter-relacionadas desconsiderando o elemento verdadeiramente decisivo, isto é, o fio condutor que, em última instância, as une – qual seja: o trabalho alienado propulsor da acumulação capitalista.

A nosso ver, não basta relacionar os elementos da realidade como se estes fossem momentos de origens autônomas (como fizeram Minayo e Deslandes), pois a “categoria da totalidade” (na acepção marxista de corte lukacsiano) não é apenas a união de partes, tal qual é a concepção de “todo” da ciência moderna (burguesa).

A “totalidade”, no ponto de vista ontológico histórico-social, considera os elementos da realidade como um “complexo de complexos”, no qual entre os elementos há diversas mediações e processos. Cabe recordarmos que

[...] o complexo no interior da perspectiva marxista – neste caso na análise realizada por Lukács - é compreendido e determinado como um conjunto articulado de categorias que se determinam reciprocamente, e estruturado de forma decisiva por uma categoria que atua como momento preponderante em seu interior [o trabalho]. Desse modo a 'universal processualidade do ser deriva não somente da complicada interação dos 'elementos' (complexos) no interior de cada complexo e dos complexos entre si, mas da presença cada vez mais de um momento transversal que fornece a direção objetiva do processo, configurando-se como um processo histórico (SCARPONI, 1976, p. 13 apud VAISMAN, 2007, p. 256)

Considerando essa perspectiva, a totalidade não é apenas a união mecânica das partes, mas, ao contrário, a totalidade se constitui das partes mais as mediações e o movimento dinâmico entre elas. Não obstante, diante dos complexos sociais históricos e dinâmicos, a “categoria trabalho” não abandona a condição de categoria fundante. Desse modo, uma análise que respeite a dialética e a unitariedade última dos processos sociais deve levar em conta que todo complexo da reprodução social foi fundado pelo trabalho, sendo este o fio condutor (o ponto de partida) que nos permite analisar os objetos sociais respeitando o seu “ser-precisamente-assim”.

Ao desconsiderar-se a “categoria totalidade” (e, também, a categoria predominante dentro da totalidade complexa – o trabalho), durante uma análise teórica, podem-se elaborar teorias extremamente lógicas e que atingem elementos importantes da realidade aparente, mas que não chegam a essência do processo real. Desse modo, a nosso ver, o que falta para a maioria dos estudiosos que se propõem a analisar a relação do “consumo de drogas” com outros problemas sociais é compreendê-los enquanto fenômenos erigidos numa mesma base, que não se esvaziam das suas particularidades, mas que estão inscritos na totalidade social, entendida como um “complexo de complexos”.

Ao contrário da abordagem hegemônica, a perspectiva teórica marxista compreende o conjunto dos problemas sociais como sendo fruto do caráter destruidor e desumano da relação-capital. Ao analisarmos a sociedade do ponto de vista do marxismo ontológico, constataremos que a violência se revela uma expressão da “questão social”⁴, assim como outros problemas sociais, tais quais o pauperismo, o desemprego crônico, a questão urbana etc. Ademais, veremos que, o “consumo de drogas” está, ao menos, perpetrado por esta “questão”.⁵

Diante disso, se faz pertinente o resgate teórico das *raízes materiais e humano-sociais*⁶ da “questão social”. Dessa maneira estaremos apresentando uma forma distinta de compreender a totalidade e de situar a questão das drogas nesta.

Sendo assim, a expressão “questão social” surge para denominar o processo de intensa pauperização (e seus desdobramentos) enfrentado pelo proletariado europeu em meio à revolução industrial (NETTO, 2001). Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente de suas perspectivas teóricas, tornou-se claro que se tratava de uma nova pobreza. Tratava-se de um fenômeno estritamente contraditório, já que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42, grifo da obra).

⁴ Utilizamos o termo “questão social” entre aspas por compreender que tão expressão “não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas” (NETTO, 2001, p. 41).

⁵ Referimo-nos a uma questão una, não cabendo a expressão “questões sociais” – expressão esta que nos parece adequada, apenas, para uma visão fragmentadora da realidade.

⁶ A expressão “raízes materiais e humana sociais” foi primeiramente utilizada por Edlene Pimentel (2007) em sua obra: *Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje*. Maceió: EDUFAL.

A explicação para tamanha contradição está na *Lei Geral de Acumulação Capitalista*, descrita por Marx em *O Capital*. Esta “lei”, em linhas gerais, nos revela como que acumular capital implica aumentar seu componente variável (capital variável ou valor da força de trabalho), único capaz de gerar valor, ao passo que o capital constante (valor dos meios de produção) apenas transfere valor para o produto final.

Ressaltamos que produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção, sendo necessário, para tanto, que a força de trabalho se torne uma mercadoria vendável, que, ao ser consumida, conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona uma fonte adicional de capital através do trabalho não pago. Portanto, como apenas a força de trabalho acrescenta valor à mercadoria produzida, a acumulação exige seu aumento crescente (MARX, 1996; PIMENTEL, 2007).

Mas o que descrevemos acima ocorre num primeiro momento, pois o processo de acumulação ultrapassa essa fase inicial. Sabemos que o processo de acumulação exige, também, uma crescente produtividade (aumento da quantidade de meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho preexistente) o que implica um maior incremento/aumento do capital constante em relação ao variável. Mas isto não impede que o proletariado continue aumentando em termos absolutos, apesar de diminuir proporcionalmente ao capital constante (MARX, 1996; PIMENTEL, 2007).

Assim, pelo aumento da produtividade e incremento tecnológico dos meios de produção, a acumulação capitalista produz uma população excedente de trabalhadores (o Exército Industrial de Reserva – EIR), ou seja, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. A população trabalhadora produz as condições que a torna supérflua ao sistema capitalista na medida em que permite a ampliação da riqueza social, obedecendo a tendência do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável (MARX, 1996; PIMENTEL, 2007). É esta população supérflua que imerge no pauperismo.

Quanto maior o “Exército Industrial de Reserva” (EIR), maior o impulso de acumulação e maior a produtividade, o que aumenta o EIR e o pauperismo (MARX, 1996). Diante disto, podemos afirmar que a pauperização do proletariado, constituindo a “questão social”, possui sua raiz material na *Lei Geral de Acumulação Capitalista*.

Em síntese, existem três aspectos centrais que envolvem a “questão social”: sua raiz material na *Lei geral de acumulação capitalista*; seu caráter político nas reações e

manifestações do operariado contra a exploração de seu trabalho; e suas respostas sociais, mediadas ou pela intervenção do Estado ou por organizações sociais. Os dois últimos aspectos consistem nas *raízes humano-sociais* da “questão social”. (PIMENTEL, 2007).

Na contemporaneidade, mantida a estrutura social capitalista, a “questão social” conserva suas raízes, mesmo que se manifeste sob novas formas. Netto (2001, p. 48) corrobora ao afirmar que inexistente qualquer nova “questão social”, que devemos investigar para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social” – forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria etc. – considerando a emergência de novas expressões da “questão social” insuprimíveis sem a supressão da ordem do capital.

Nesse sentido, a “questão social” se origina com o pauperismo, mas não se esgota nele, assumindo diversas expressões no capitalismo contemporâneo, o que nos leva a constatar que as mazelas sociais que possuem sua base material na *Lei geral da acumulação capitalista* são expressões de uma mesma “questão”. Porém, mesmo aquelas que não atendem a este requisito, estão de alguma forma vinculadas a ela.

A relação da questão do “consumo de drogas” com a pobreza, desemprego, violência, dentre outros problemas, é claramente perceptível: há uma relação de causas e efeitos complexa e não linear entre essas mazelas, que se alternam entre as duas condições.

Diante disso, podemos considerar que o “consumo de drogas”, em certos momentos, pode até ser considerado como uma expressão da “questão social”, porém temos que levar em conta que não é um fenômeno exclusivo do proletariado “jogado” ao pauperismo, além de que o uso de drogas (não o “consumo”) consiste num fenômeno historicamente anterior ao sistema capitalista, o que põe particularidades significativas para tal problemática.

No entanto, não podemos ignorar que o “consumo de drogas” também está presente dentro da classe capitalista e que os motivos que levam um homem rico a usar drogas podem ser diferentes dos motivos que levam um pobre a usá-la. Só que existe aí um fio condutor em comum: o uso de drogas possui profundas modificações com o surgimento do capitalismo, cria-se um comércio lucrativo que só poderia existir dentro das relações sociais da sociedade burguesa e é esta estrutura societária (e a existência deste comércio) que permite que pobres e ricos “consumam” drogas.

Portanto, o mais correto é afirmar que o fenômeno social do “consumo de drogas” está perpetrado pelas expressões da “questão social”, já que ora é intensamente determinado pelo pauperismo (assumindo a condição de expressão da “questão social) e ora é apenas um fenômeno relacionado a este, considerando que atinge todas as classes sociais. Ressaltamos que, independente de ser expressão ou de estar perpetrado pelas expressões da “questão social”, o processo histórico real nos revela que o “consumo de drogas” é gestado, única e exclusivamente, na sociedade capitalista. Portanto, chegamos à conclusão de que existe um conjunto de problemas sociais que possui, em **última instância**, a mesma raiz.

Em resumo, os modelos explicativos trazidos por Pillon e Luis (2004) e a pesquisa de Minayo e Deslandes (1998) são apenas exemplos entre os inúmeros estudos que apresentam concepções divergentes da que apresentamos neste texto. E, apesar de estarmos inscritos numa perspectiva teórica minoritária no mundo acadêmico, a análise do “consumo de drogas” diante da totalidade social, em seu movimento real, permite-nos continuar afirmando que a origem deste fenômeno está na mercadorização da força de trabalho, além de estar fortemente perpetrado pela “questão social”, guardando relação estreita com todas as expressões desta.

ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS

Diante de tudo o que foi apresentado, chegamos a duas principais conclusões sobre o “consumo de drogas”: 1) **sua origem na mercadorização da vida social**; 2) **seu tratamento teórico imediatista e fragmentador**, deixando escapar as fortes marcas que a contradição “capital-trabalho” imprimi ao fenômeno.

A partir destas conclusões, ainda podemos inferir outra interessante constatação, que deverá ser abordada com maior densidade em estudos futuros, mas que, mesmo sumariamente, merece ser apresentada aqui.

Trata-se das possibilidades das estratégias que visam controlar o “consumo de drogas”. A nosso ver, tais elaborações surgem já fadadas a uma limitação estrutural, haja vista que a raiz do fenômeno está no modo de produção capitalista, regido por uma forma de controle sociometabólica que é incontrolável, qual seja: o capital (MÉSZÁROS, 2009). Portanto, estas possibilidades não são efetiváveis em face da dinâmica real do modo de produção capitalista: o capital tende a se expandir e se

acumular, conservando seu caráter destruidor. Um capitalismo melhorado, mais ameno ou de “face mais humana” é incoerente ao processo real.

Ademais, tanto quanto é impossível controlar o “consumo de drogas”, é eliminá-lo mantendo-se a base societária burguesa. Por tais motivos, por mais que se elaborem teorias e políticas sofisticadas, os resultados se revelam contraditórios e desanimadores. O que não significa que estas não possam trazer ganhos parciais (e localizados) importantes tendo em vista demandas mais imediatas.

Apesar de tudo isso, a perspectiva teórica materialista histórica e dialética permite-nos vislumbrar uma outra alternativa: a única possibilidade efetivável é a de eliminar o “consumo de drogas” revolucionando-se a base societária. Isto significa afirmar que a dissolução desta problemática perpassa pelo fim da sociedade capitalista. O capital é passível de eliminação, mas não de controle.

Todavia, assim como já demonstramos, o “consumo de drogas” constitui uma potente máquina de gerar lucros, mesmo que para isso gere, também, destruição. Tal condição vale, também, para outros elementos e problemas da vida social, não sendo, portanto, surpresa que a própria ciência moderna (burguesa) conclua que a sociedade produtora destas mazelas sociais seja insuperável. Assim, nesta concepção (burguesa), só resta a alternativa de tentar melhorar, amenizar e dar uma “face mais humana” ao capital. Superar o conjunto dos problemas sociais capitalista significaria, ao mesmo tempo, extinguir as condições de acúmulo privado de riqueza e de lucro – esta alternativa não poderia, mesmo, se fazer presente na “ideologia” dominante.

Finalmente, ignorar os aspectos do problema que aqui demonstramos é “fechar os olhos” para os fatos reais. Sabemos dos inúmeros argumentos contra a possibilidade que afirmamos e a cultura pós-moderna parece ter se especializado neles, porém não nos deteremos, por ora, há refutá-los, pois, as evidências histórico-sociais dão conta disto, além de que o próprio Marx já se encarregou desta tarefa. Para o momento, basta-nos crer que o debate ganha amplitude e dinâmica ao, pelo menos, incorporar as questões aqui levantadas.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, M. M.; TAMBELLINI, A.; ROSELLI-CRUZ, A. Trabalho, abuso de drogas e os aparelhos ideológicos de Estado: um estudo com alunos do Ensino Médio e

- Fundamental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 20, nº. 1, pp. 219-234, 2010.
- COGGIOLA, O. O tráfico internacional de drogas e a influência do capitalismo. **Revista ADUSP**, São Paulo, n. 7, p. 44-51, 1996.
- JANSEN, N. Drogas, Imperialismo e Luta de classes. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 12, pp. 1-16, 2007.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. Tomo 1. 3ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro. Tomo 2. 3ª ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MENEZES, J. Guerra à maconha tem seus primeiros resultados. **Cadernos do Terceiro Mundo**, Rio de Janeiro, nº. 232, 2001.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.14, nº. 1, p. 35-42, 1998.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da ‘questão social’. **Temporalis**, Brasília, nº. 3, p. 41-49, 2011.
- SOMOZA, A. **Coca, cocaína e narcotráfico**. São Paulo: Ícone, 1990.
- PILLON, S. C.; LUIS, M. A. V. Modelos explicativos para o uso de álcool e drogas e a prática da enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, vol. 12, nº. 4, p. 676-82, 2004.
- PIMENTEL, E. **Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- TONET, I. **O método científico** (mimeo). Aulas do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió: UFAL, 2011
- VAISMAN, E. A obra tardia de Lukács e os revezes de seu itinerário intelectual. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, vol. 30, nº. 2, pp. 247-259, 2007.

